

---

## LINDA ZAGZEBSKI SOBRE A INEVITABILIDADE DOS CASOS GETTIER

Alison Vander Mandeli\*

### **Resumo:**

Neste ensaio apresentaremos e discutiremos a posição de Linda Zagzebski sobre os casos Gettier. Não falaremos da solução zagzebskiana a tal problema, mas sim que os casos Gettier, segundo a filósofa, são inevitáveis devido a comum e razoável declaração de que é possível crer justificadamente em uma proposição, mas no fim das contas a proposição ser falsa. Em outras palavras, dado que a relação entre verdade e justificação é próxima, mas não inviolável, os casos Gettier não podem ser evitados. Antes de discutirmos as ideias de Zagzebski, apresentaremos uma refutação do artigo “*Truth and Evidence*”, de Robert Almeder, no qual o autor pretendeu defender que justificação implica verdade. Se Almeder estivesse correto os argumentos de Zagzebski, como veremos, não seriam sólidos.

### **Palavras-chave:**

Problema de Gettier; Justificação Epistêmica; Epistemologia analítica; Linda Zagzebski.

### **Abstract:**

*In this essay we will present and discuss Linda Zagzebski's position about Gettier cases. Nonetheless, we will not treat of the zagzebskian solution to it, but that Gettier cases, according to her, are inevitable due to common and reasonable declaration that is possible justifiably believe a proposition, but ultimately the proposition to be false. In other words, since the relationship between truth and justification is next, but not inviolable, the Gettier cases cannot be avoided. Before we get into Zagzebski's ideas, we will present a rebuttal of the article "Truth and Evidence", written by Robert Almeder, in which he aims to hold that justification entails truth. If Almeder was correct, then Zagzebski's arguments, as we will see, would not be sound.*

### **Keywords:**

*Gettier problem; Epistemic Justification; Analytic Epistemology; Linda Zagzebski.*

---

\*Doutorando em Filosofia pela UFSC

## I

Uma das tarefas centrais da epistemologia é analisar o conceito de conhecimento. Tal empreendimento é importante, pois a partir dele descobriremos quais condições devem ser satisfeitas para que possamos atribuir conhecimento a algum sujeito. Como “conhecimento” não é uma palavra usada de forma unívoca, a maioria dos epistemólogos foca a análise no sentido *proposicional* de conhecimento, e assim a questão conceitual central seria essa: “o que é, para um sujeito, possuir conhecimento proposicional?”. Ou, alternativamente: “sob quais condições um sujeito S sabe que *p*?” (onde *p* é uma proposição). Por muito tempo, a resposta para essa questão dizia que ter conhecimento proposicional é ter uma *crença verdadeira epistemicamente justificada*. Essa resposta é comumente chamada de *Análise tradicional do conhecimento* (a partir de agora ATC). Dessa forma, segundo a ATC, poderíamos definir conhecimento assim:

- S sabe que *p* = Def.    i) S crê que *p*  
                                  ii) *p* é verdadeira  
                                  iii) S está epistemicamente justificado em crer que *p*

A ATC será correta se, em todos os exemplos que pudermos elaborar, a satisfação das três condições implicar conhecimento. De tal modo, para qualquer sujeito S, possuir crença verdadeira justificada é possuir conhecimento, e, conhecer, é ter uma crença verdadeira e justificada. Porém, existem agudos contraexemplos mostrando casos em que uma crença verdadeira justificada não é uma instância de conhecimento. Como é amplamente sabido, Edmund Gettier foi o primeiro a argumentar de forma explícita contra a ATC, em seu breve e influente ensaio *Is Justified True Belief Knowledge?*. Gettier apresenta dois exemplos mostrando que alguém poderia ter uma crença justificada verdadeira que não seria conhecimento (cf. GETTIER, 1963). Várias são as tentativas de solucionar o problema de Gettier. Algumas dessas são mais conservadoras e procuram acrescentar alguma alteração à definição de conhecimento apresentada acima, mas admitem que a intuição básica da ATC está correta. Outras, mais radicais, decisivamente abandonam o espírito da ATC. Neste ensaio introdutório, apresentarei e discutirei o posicionamento de Linda Zagzebski frente aos casos Gettier<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Utilizarei os seguintes textos: “ZAGZEBSKI, L. (1994). ‘The Inescapability of Gettier Problems’. *Philosophical Quarterly* Vol. 44: p. 65-73.” e “ZAGZEBSKI, L. (1996). *Virtues of the Mind: An Inquiry into the Nature of Virtue and the Ethical Foundations of Knowledge*. New York, Cambridge

Para ela, os casos Gettier são inevitáveis devido a comum e razoável declaração de que é possível, para um sujeito S, estar justificado epistemicamente em crer que  $p$ , mas no fim das contas  $p$  ser falsa. Dito de outro modo, sendo que a relação entre verdade e justificação é próxima mas não inviolável, os casos Gettier seriam inevitáveis.

## II

Problemas tipo Gettier surgem quando é somente por acaso que uma crença verdadeira justificada é verdadeira. Segundo Zagzebski (1996, p.283), o problema de Gettier envolve um “duplo acaso”: uma ocorrência accidental de boa-sorte anula uma ocorrência accidental de má-sorte. Como nesses casos a crença poderia ser falsa, conclui-se que ela não é uma instância de conhecimento. Podemos recorrer ao exemplo clássico para que isso fique claro. Consideremos a proposição disjuntiva abaixo:

P1. Smith tem um Ford ou Brown está em Barcelona.

Neste exemplo, presume-se que um sujeito S, digamos Jones, possui evidências para concluir que a primeira parte da disjunção, “Smith tem um Ford”, é verdadeira. Smith sempre está dirigindo o carro e o próprio Jones pode ter algumas vezes viajado com Smith, o qual, em uma dessas viagens, mostrou uma nota fiscal comprovando que o carro era mesmo dele. Quanto à segunda parte da disjunção, “Brown está em Barcelona”, Jones possui evidências para que ela seja falsa. Brown é um familiar que não tem nenhum motivo para estar em Barcelona neste momento. Dessa forma, Jones está epistemicamente justificado em acreditar que P1 é verdadeira. Mas, vamos supor que Smith esteja mentindo, o carro não é dele, e que Brown, por algum motivo que Jones não saiba, teve que viajar de forma urgente para Barcelona. A crença “Smith tem um Ford ou Brown está em Barcelona” continua justificada e verdadeira, mas somente por acaso. Um acaso negativo (do ponto de vista epistêmico) é anulado por um acaso positivo, fazendo com que, no fim das contas, o conhecimento seja atingido por pura sorte. É um acaso negativo que Smith esteja mentindo, mas um novo evento, ocorrido também por acaso, anula o anterior: Brown está em Barcelona. A moral da história é que

---

University Press.”. Zagzebski avança na discussão e apresenta sua própria solução aos casos Gettier, que, em linhas muito gerais, sustenta que a verdade não deve ser implicada da justificação ou da garantia, mas sim das virtudes intelectuais do agente cognitivo. Porém, neste ensaio introdutório, meu intuito é apenas mostrar que sob uma certa abordagem, problemas Gettier, segundo a filósofa, seriam inevitáveis.

o exemplo satisfaz os requisitos da definição de conhecimento proposta pela ATC, ou seja, Jones possui crença verdadeira e justificada, mas mesmo assim não possui conhecimento.

Zagzebski argumenta que tais casos, sob certo ponto de vista, são insolúveis. Uma *apresentação inicial* do argumento da filósofa pode ser esquematizada do seguinte modo:

1. Se a satisfação das condições de justificação não implicar a satisfação das condições de verdade, os casos Gettier são insolúveis;
2. A satisfação das condições de justificação não implica a satisfação das condições de verdade;

⇒ Casos Gettier são insolúveis

De tal modo, uma maneira de solucionar os casos Gettier seria mostrar que a premissa 2, obviamente tomada como verdadeira por Zagzebski, é falsa. Ela mesma reconhece que se a premissa 2 fosse falsa casos Gettier não seriam problemas (cf. 1994, p.72). A despeito do fato de ser amplamente aceita, Almeder (1974) tentou demonstrar a falsidade de 2. Por esse motivo vou discuti-la brevemente. Primeiro mostrarei porque sua falsidade implicaria a resolução dos casos Gettier, depois apresentarei os argumentos de Almeder, e por fim mostro que Almeder está errado e que a premissa 2 é realmente verdadeira. Após essa discussão volto a considerar a posição de Zagzebski.

### III

Pois bem, por que a falsidade de 2 solucionaria os casos Gettier? Veja, podemos parafrasear 2 da seguinte forma: “é possível alguém estar justificado epistemicamente em crer que  $p$ , mas  $p$  ser falsa”. Isso é outra maneira de dizer que “a satisfação das condições de justificação não implica a satisfação das condições de verdade”. Jones, no exemplo acima, infere a verdade da proposição:

P1. Smith tem um Ford ou Brown está em Barcelona

Partindo da seguinte proposição falsa:

P2. Smith tem um Ford

Como vimos, Gettier diria que ele possui uma crença verdadeira e justificada, porém não tem conhecimento. Mas veja, se negarmos que alguém possa estar justificado em crer em uma proposição falsa, Jones não poderia crer justificadamente em P2 e conseqüentemente não estaria justificado em crer que P1 é o caso. Em resumo, se não se pode crer justificadamente em uma proposição falsa, Gettier não tem um contraexemplo contra a ATC.

Robert Almeder, em um artigo intitulado *Truth and Evidence* (1974), pretendeu defender que é “obviamente errada” a declaração de que a satisfação das condições evidenciais não implica a verdade da proposição em questão. Segundo ele, é impossível que as evidências que uma pessoa tem para saber que  $p$  possam ser suficientes para a pessoa estar justificada e mesmo assim  $p$  ser falsa. Almeder quer argumentar que não existe independência entre as condições da justificação e as condições da verdade. Dessa forma, se S tem uma crença justificada em  $p$ , então necessariamente  $p$  é verdadeira. Se tal declaração estiver correta, além de eliminar os casos Gettier, irá guiar as reflexões da epistemologia “para caminhos mais frutíferos” (cf. ALMEDER, 1974, p.366).

Almeder apresenta duas razões para rejeitarmos a declaração de que alguém pode crer justificadamente em algo falso. O primeiro argumento é o seguinte: se a condição da evidência não implicar a condição da verdade, como pode a condição da verdade ser satisfeita depois de tudo? Se concluirmos que uma pessoa tem evidência suficiente, mas que isso não garante a verdade, o que garantirá a verdade? Como saberemos a verdade? Iluminação divina? Assim, a razão de Almeder para manter que “S está justificado em crer que  $p$ ” implica  $p$ , é que a determinação do fato de que a crença em  $p$  está justificada implica a determinação do fato de que  $p$  é verdadeiro. Não haveria maneira possível de determinar a verdade de uma proposição senão a partir da verificação das evidências que um sujeito possui.

Este argumento, ao menos em alguns casos, parece completamente implausível. Existem muitas maneiras de determinar o valor de verdade de uma proposição  $p$ , independentemente da justificação de uma pessoa particular que acredita em  $p$ . Além disso, podemos elaborar exemplos para clarificar a ideia de que evidência suficiente não implica verdade. Pensemos nos dois seguintes casos (cf. HOFFMANN, 1975, p.59). No primeiro, consideremos Jones, sentado na mesa de uma festa que está acontecendo na

cobertura de um prédio. Em um momento da festa, Jones foca a sua atenção em um ponto no chão, a alguns metros de sua mesa, e por nenhum motivo específico, começa a perguntar a si mesmo se aquele ponto do andar poderia desabar caso ele caminhasse por ali. Não tendo nada melhor para fazer, começa a observar as pessoas caminhando sobre o ponto, muitas das quais aparentemente mais pesadas do que ele. Depois de muito tempo, sem ouvir nenhum barulho ou qualquer movimento estranho no chão, ele se levanta e caminha cuidadosamente sobre o ponto, até que atravessa sem que nada aconteça. O segundo caso é exatamente como o primeiro em todos os pontos relevantes, mas ocorre em outro tempo e lugar e com outra pessoa, Smith. A diferença é que quando o pobre Smith tenta atravessar o ponto, o chão se rompe e ele despenca até o andar inferior. Posteriormente engenheiros tentam, mas não conseguem descobrir a causa do acidente.

Analise os casos mais de perto. Podemos negar que Jones sabia a proposição abaixo?

P3. O chão não irá desabar naquele ponto.

Negar que este caso seja uma instância de conhecimento é equivalente a negar que razões indutivas nos forneçam justificção e isso certamente é tornar a aquisição de conhecimento exigente demais. Qualquer um que queira levar isso a sério certamente terá que lidar com situações contra-intuitivas, pois parece certo que Jones possui conhecimento nesse caso, tanto pela observação e posterior conclusão indutiva, quanto por outras razões que levamos em conta em relação à confiança de que o chão do andar não cairá. Tais evidências são suficientes para justificar a crença de Jones em P3. Mas o que dizer do azarado Smith? Ele tem as mesmas evidências de Jones para crer em P3. É certamente correto dizermos que Smith não sabe P3, pois a proposição, naquele contexto, é falsa: ao passar pelo ponto o chão desaba. Disso se segue que ele possui evidência suficiente para P3, pois é a mesma evidência do caso de Jones, mas não sabe P3, pois o chão desaba tornando a proposição falsa. Logo, evidência suficiente para a justificção não implica a verdade da proposição.

Vemos então que o primeiro argumento de Almeder não é sólido. Passemos ao segundo. De acordo com ele, a ideia de que a evidência é suficiente para a justificção e, ao mesmo tempo, não implica a verdade, desrespeita a nossa prática linguística comum. Nosso uso cotidiano da linguagem mostra que a satisfação das condições de

justificação nos leva a concluir a verdade da proposição. Exemplificando, Almeder diz que quando temos dúvidas sobre as declarações de conhecimento de alguma pessoa, normalmente não perguntamos “isso é verdade?”, mas preferencialmente “como é que você sabe?” (cf.: ALMEDER, 1974, p.368). Ora, o exemplo que demos acima mostra que isso é falso. Dizer que Jones *não sabe* P3, ou que ele *não tem evidência suficiente* para crer em P3, constitui um flagrante desacordo com a maneira com que nós usamos a palavra “conhecimento”, e isso a despeito do fato de que a satisfação das condições de justificação não implica a satisfação das condições de verdade, como vimos no caso de Smith.

#### IV

Com o que foi dito, esperamos ter mostrado que a premissa 2 do argumento de Zagzebski, a saber, que a satisfação das condições de justificação *não* implica a satisfação das condições de verdade, é verdadeira. Voltemos agora às considerações de Zagzebski frente aos casos Gettier. Como dizíamos, segundo a filósofa, toda análise do conhecimento que o defina como *crença verdadeira mais alguma coisa que não implique a verdade* é inevitavelmente vítima de Gettier, pois a relação entre a justificação e a verdade pode ter ocorrido somente por acaso. Zagzebski apresenta uma série de exemplos que visam deixar isso mais claro.

O primeiro exemplo é o já citado “Smith tem um Ford ou Brown está em Barcelona”. Zagzebski apresenta-o com o intuito de mostrar que as teorias *internalistas* não são capazes de solucionar os casos Gettier (1996, p.283-284). Em linhas amplas, podemos dizer que os internalistas sustentam que aquilo que confere justificação para a crença de um agente epistêmico deve ser acessível à consciência do sujeito (cf. BERNECKER; PRITCHARD, 2011, p.144). No caso em questão, não existe nada errado com os aspectos internamente acessíveis à Jones, mas existem contratempos inacessíveis a ele: a mentira de Smith e a viagem inesperada de Brown. O problema de Gettier surge independentemente de Jones ter feito o que estava ao seu alcance no momento. O fato de ele terminar com uma crença verdadeira foi, como já dissemos, puro acaso.

O segundo exemplo (cf.: ZAGZEBSKI, 1994, p.66) pretende mostrar que o *confiabilismo* também é atingido pelos casos Gettier. O confiabilismo, grosso modo, no que diz respeito à justificação, pensa em alguma espécie de relação entre a crença e os fatos externos que tornam a crença verdadeira. Assim, crentes estariam justificados quando suas crenças são formadas através de processos confiáveis. Além daquilo que é acessível à consciência do agente cognitivo, é preciso também algum tipo de relação entre a crença e a realidade (cf. BERNECKER; PRITCHARD, 2011, p.177). Mas, mesmo nesse tipo de teoria, não existe garantia de que a formação da crença através de um processo confiável atinja a verdade de forma necessária. Nós podemos imaginar alguém dirigindo através de uma estrada na qual os habitantes da região construíram, sem que o motorista saiba, três fachadas de celeiro falsas para cada celeiro real. A visão do motorista é normal e confiável o suficiente ao ponto de fazê-lo reconhecer, em circunstâncias ordinárias, os celeiros no decorrer da estrada. De tal modo, sua visão seria um processo confiável de formação de crenças. Porém, neste caso especificamente, os celeiros falsos são indistinguíveis dos celeiros reais no ponto da estrada em que o motorista está dirigindo. Ocorre dessa forma que ele, ao olhar para um celeiro real, forma a crença verdadeira e justificada “isto é um celeiro”, mas não existe conhecimento aqui. É um infeliz acaso que a visão do motorista, confiável em circunstâncias normais, não é confiável nesse caso particular. É um feliz acaso que o motorista olhou para um celeiro real ao invés de olhar para um falso. O conhecimento foi atingido, mas por pura sorte, pois se ele estivesse olhando para um celeiro falso não conseguiria distingui-lo.

De acordo com Zagzebski, a teoria de Plantinga também não consegue evitar problemas Gettier, e com um terceiro exemplo ela espera que isso fique claro. Para Plantinga, a propriedade que em quantidade suficiente converte uma crença verdadeira em conhecimento é a garantia (warrant) ao invés da justificação. Garantia é a propriedade que uma crença C tem para um sujeito S, quando C é produzida pelas faculdades de S, funcionando de modo apropriado, em um ambiente e contexto apropriado, de acordo com um plano projetual orientado à verdade (cf. PLANTINGA, 2010, p.678). A garantia da qual goza uma crença, a característica que separa o conhecimento da mera crença verdadeira, tem a ver com o *status* das faculdades ou dos processos responsáveis pela produção daquela crença. O contraexemplo Gettier

elaborado por Zagzebski a fim de atingir a teoria plantinguiana é como segue (cf. ZAGZEBSKI, 1996, p.285-286).

Supõe-se que a visão de Mary é muito boa, mas não perfeita. Sua visão é boa o suficiente para que Mary reconheça o seu marido sentado na sala, a certa distância e sob certa luminosidade. Mary já fez essa identificação várias vezes e dessa forma podemos dizer que suas faculdades e o ambiente são apropriados para que ela possa formar a crença “meu marido está sentado na sala”. Esta crença tem garantia suficiente para tornar-se conhecimento, quando verdadeira, em quase todos os casos. Mesmo que o ambiente e as faculdades cognitivas de Mary estejam apropriados, é possível cometer um erro, e é esse o motivo da crença ser verdadeira em *quase* e não *todos* os casos. Garantia suficiente não implica conhecimento. Este será o ponto fraco da teoria e, segundo Zagzebski, a brecha que possibilita um contraexemplo Gettier atingi-la.

Mary, no fim das contas, pode não identificar a pessoa que está sentada. Podemos pensar que é o irmão de seu marido, que é muito parecido com ele, que está sentado na cadeira. Mary não tem razões para pensar que seu cunhado está na cidade, suas faculdades cognitivas estão trabalhando tão apropriadamente como sempre trabalharam nessas circunstâncias e o ambiente também está apropriado para a situação. Nada foi alterado, como foi no caso dos celeiros, e ninguém está tentando enganá-la. O marido e o cunhado talvez nem saibam que ela esteja na casa. Assim, ela possui uma crença garantida *falsa*. Agora, para formarmos um caso Gettier, basta supormos, por exemplo, que o cunhado e o marido estão em casa e quem está sentado na cadeira é realmente o marido. Com isso a crença garantida é verdadeira, mas somente por acaso, não sendo uma instância de conhecimento.

Em um esclarecimento sobre o conceito de “garantia” Plantinga diz:

É importante neste contexto lembrar que (tanto na realidade quanto de acordo com minha teoria) a *garantia vem em graus*. Eu estou comprometido com a ideia de que crenças falsas podem ter alguma garantia, mas não com a ideia de que elas têm garantia suficiente para tornarem-se conhecimento. (PLANTINGA, 1997, p.140 – *grifo nosso*)

Segundo Zagzebski (cf. 1994, p.68-69), a teoria de Plantinga nos leva a um dilema quando analisamos se o caso de Mary possui ou não um grau suficiente de garantia para que a crença converta-se em conhecimento. Se respondermos que Mary não possui garantia suficiente, uma multiplicidade de crenças que normalmente consideramos garantidas não mais seriam e existiria muito pouco conhecimento no

mundo. Neste caso estaríamos exigindo que as faculdades cognitivas dos sujeitos funcionassem de modo perfeito, e que o ambiente estivesse apropriado de forma perfeita para que a crença pudesse ser garantida; isso não parece ser o caso. Por outro lado, se dissermos que Mary tem garantia suficiente, a teoria de Plantinga é atingida pelos contraexemplos Gettier, como o exemplo de Zagzebski mostrou. Esquemáticamente, o dilema pode ser esboçado assim:

A crença de Mary possui garantia suficiente para tornar-se conhecimento?

- i) *Não*: logo, muitas instâncias ordinárias de conhecimento serão excluídas e *garantia* será algo demasiado forte para utilizarmos na definição de conhecimento.
- ii) *Sim*: logo, a teoria de Plantinga não soluciona os casos Gettier.

Uma tentativa tradicional de evitar os problemas tipo Gettier é a chamada *Teoria sem anuladores*. Tal teoria sustenta que nos casos Gettier existe alguma proposição verdadeira tal que, se o sujeito epistêmico cresse nela de forma justificada, ele não estaria justificado em crer na proposição gettierizada. Isto introduz mais uma condição para que a crença seja conhecimento em relação às condições impostas pela ATC. Além de verdadeira, a justificação da crença precisa ser o caso também em certas situações contra-factuais. Uma maneira de definirmos essas condições, é dizermos que para S realmente saber que *p*, não deve existir nenhuma (posterior) evidência contra *p* que faça a crença tornar-se falsa para S, caso S fique consciente dessa nova evidência. Assim, de acordo com essa teoria, S não está justificado em crer que *p*, se a evidência de S para tal crença puder ser anulada pela adição de alguma proposição verdadeira ao corpo de evidências de S (cf. LEMOS, 2007, p.31).

A partir disso, poderíamos reformular a definição de conhecimento da ATC da seguinte forma:

- S* sabe que *p* = Def.
- i) *S* crê que *p*
  - ii) *p* é verdadeira
  - iii) *S* está epistemicamente justificado em crer que *p*
  - iv) Não existe uma proposição verdadeira *q*, tal que se *S* estivesse justificado em crer que *q*, então *S* não estaria justificado em crer que *p*

Nos três exemplos citados existem crenças falsas nas, digamos, redondezas da crença verdadeira justificada em questão, ou seja, existem anuladores potenciais. Se

Jones souber que Smith está mentindo, por exemplo, a crença na proposição “Smith tem um Ford ou Brown está em Barcelona” será minada. Será também assim com os outros casos apresentados. Se o motorista ou Mary conscientizarem-se da informação canceladora, a crença será derrotada e a instância de conhecimento gettierizada não seria mais um problema.

Existem alguns problemas específicos ligados à teoria sem anuladores, mas não nos interessam aqui<sup>2</sup>. Nosso ponto é verificar como Zagzebski mostra que essa teoria não dá conta de solucionar os casos Gettier. A estratégia da filósofa é mostrar que essa abordagem nos leva ao mesmo dilema gerado pela teoria de Plantinga (cf. ZAGZEBSKI, 1996, p. 290-291). Mesmo que uma quarta condição adicionar-se às três condições originais da ATC, permanecerá ainda uma possibilidade lógica de que a crença possa atender as quatro condições e ainda ser falsa (Zagzebski dará o exemplo do médico, e nós o apresentaremos abaixo). Sempre haverá espaço para golpes de sorte tipo Gettier e, portanto, contraexemplos Gettier são inevitáveis. A crença pode estar, digamos, *super-gettierizada*, mesmo se ela não está gettierizada na maneira costumeira. Além disso, se a quarta condição desligar essa possibilidade, ela excluirá muitas instâncias ordinárias de conhecimento sendo exigente de forma demasiada (cf. LYCAN, 2006, p.160-161).

Já mostramos acima que é possível alguém estar justificado em crer que  $p$  e mesmo assim  $p$  ser falsa; justificação não implica verdade. Segundo Zagzebski (cf. *Idem, Ibidem*), a teoria sem anuladores, pensada em sentido forte, rejeita essa pressuposição e é somente por isso que soluciona os casos Gettier. Se eu creio em uma proposição falsa, obviamente existem outras proposições falsas que se conectam com ela e que poderiam anular a minha crença caso eu me torne consciente de tais proposições. Dessa forma, crer que  $p$  seria justificado apenas na ausência total de anuladores - e a ausência total de anuladores implicaria que a crença é verdadeira. De tal modo, a evidência que justifica a crença deve ser suficientemente completa, de forma que nenhuma posterior adição de informação deve resultar na perda da justificação e então perda do conhecimento. Crença justificada incancelável evita Gettier, mas

---

<sup>2</sup> Problemas principalmente ligados à condicional subjuntiva utilizada na definição de conhecimento proposta pela teoria (cf. LEMOS, 2007, p.32-33; FELDMAN, 2003, p.42-43).

somente porque incancelabilidade implica verdade. Tal condição, como já discutimos, é demasiado exigente e deve ser rejeitada.

Na primeira alternativa do dilema, na qual a teoria sem anuladores é levada às últimas consequências, a independência entre justificação e verdade é ameaçada e o conhecimento fica muito difícil de obter. Na segunda alternativa, onde a teoria é pensada em sentido fraco, os casos Gettier são inevitáveis. Para elucidar tal situação, Zagzebski apresenta o exemplo do médico (1996, p.290-291). Supõe-se que Jones é um médico que possui evidências muito boas para acreditar que seu paciente, Smith, contraiu o vírus X. Os sintomas apresentados por Smith, um exame de sangue e o desconhecimento por parte da comunidade científica de outro vírus que gera os mesmos sintomas, justificam a crença do médico. Todas as evidências apontam para que o diagnóstico seja correto e tudo que está disponível à Jones no momento faria com que esta conclusão se mantivesse em várias situações contra-factuais. Mas, pode-se considerar, no fim das contas, que a crença é falsa mesmo não existindo um potencial anulador na vizinhança. Podemos pensar que tudo isso ocorreu devido a idiossincrasias no sistema imunológico do paciente. Obviamente, como a crença é falsa, deve existir em *alguma situação contra-factual* uma evidência que mine a crença do médico, mas exigir incancelabilidade neste sentido forte é, segundo Zagzebski, impor uma condição não razoável que faz a justificação implicar verdade e o conhecimento tornar-se quase impossível de ser adquirido. Neste caso, a autora diz que a conclusão mais plausível é que o médico possui uma crença justificada, não anulável, mas falsa. A partir desse ponto, é fácil construirmos um caso Gettier, adicionando que o paciente realmente possui o vírus X, mas que o vírus nada tem a ver com as evidências levadas em conta pelo médico.

## V

Ao considerarmos todos estes exemplos algo que havíamos dito acima torna-se agora mais claro: os exemplos mostram que casos Gettier podem ser descritos como eventos em que um duplo acaso ocorreu. Um acaso negativo, epistemicamente falando, é anulado por um acaso positivo, fazendo com que o conhecimento seja alcançado simplesmente por um golpe de sorte. É um acaso negativo que Smith esteja mentindo,

que existam celeiros falsos naquela rodovia, que o marido e o cunhado de Mary sejam indistinguíveis naquelas circunstâncias e que o sistema imunológico de Jones possua traços peculiares; mas um novo evento, ocorrido também por acaso, anula os anteriores: Brown está em Barcelona, o motorista olhou para um celeiro real, é o marido de Mary que está sentado na cadeira e Jones possui o vírus X. Desde que exista algum grau de independência entre a justificação e a verdade, por pequeno que seja, será possível apresentar um contraexemplo Gettier.

Concluindo o ensaio poderíamos perguntar: quais seriam nossas alternativas frente a tal problema? Por um lado, poderíamos desistir da independência entre as condições da justificação e as condições da verdade e definir justificação de tal forma que se um sujeito está justificado em crer que  $p$ , necessariamente  $p$  seria verdadeira. Essa foi a tentativa de Almeder e já vimos que ela é falha. Outra maneira seria o extremo oposto, ou seja, tornar a justificação e a verdade quase completamente independentes. A justificação nos colocaria na melhor posição disponível em relação à verdade, concedendo que a melhor posição talvez não seja boa o suficiente para garanti-la. No limite, a ideia aqui seria que o conhecimento é na maioria das vezes sorte, e dessa forma não existiria nada errado em atingir a verdade por acaso. Casos Gettier não seriam tratados como problemas e contariam como instâncias de conhecimento, dado que a crença está, depois de tudo, justificada. Zagzebski (cf.: 1996, 291-ss) diz que esta abordagem não é muito comum entre os epistemólogos. De tal maneira, a moral da história, segundo ela, é que uma definição de conhecimento que queira evitar os casos Gettier, deve fazer a verdade implicar não da justificação ou da garantia, mas de outros componentes da definição do conhecimento<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Com isso Zagzebski abre caminho para sua própria solução do problema de Gettier. Ela argumenta que a verdade deve ser atingida devido as *virtudes intelectuais* do agente cognitivo. Nos exemplos formulados neste ensaio, os sujeitos não atingem a verdade devido as suas virtudes e por isso, segundo ela, não há conhecimento. Veja o diagnóstico de Zagzebski frente ao caso de Mary: “Mary exhibe todas as virtudes intelectuais relevantes e nenhum vício intelectual no processo de formação da crença, mas ela não é levada à verdade através desses processos ou motivos virtuosos. Mesmo pensando que ela tem a crença que tem por causa de suas virtudes, ela não tem a verdade por causa dessas virtudes.” (ZAGZEBSKI, 1996, p.267). Tal assunto mereceria uma discussão mais profunda, mas, como dissemos, tal empreendimento não pertence ao escopo deste ensaio introdutório.

## Referências:

- ALMEDER, R. (1974). 'Truth and Evidence'. **The Philosophical Quarterly**, Vol. 24, pp. 365-368
- BERNECKER, S.; PRITCHARD, D. (2011). **The Routledge companion to epistemology**. London and New York, Routledge.
- FELDMAN, R. (2003) **Epistemology**. Prentice Hall (Foundations of Philosophy Series).
- GETTIER, E. (1963). 'Is Justified True Belief Knowledge?'. **Analysis**, Vol. 23, pp. 121-123
- HETHERINGTON, S. (2006) **Epistemology Futures**. Ed. Oxford: Oxford University Press.
- HOFFMANN, W. (1975). 'Almeder on Truth and Evidence'. **The Philosophical Quarterly**, Vol. 25, pp. 59-61
- HUEMER, M. (2002). **Epistemology: Contemporary Readings**. London and New York, Routledge.
- LEMOIS, N. (2007). **An Introduction to the Theory of Knowledge**. New York, Cambridge University Press.
- LYCAN, W. (2006). 'On the Gettier Problem problem'. In: HETHERINGTON, S. **Epistemology Futures**. Ed. Oxford: Oxford University Press. pp.148-168
- PLANTINGA, A. (1997). 'Warrant and accidentally true belief'. **Analysis**, Vol. 44, pp. 140-145
- \_\_\_\_\_. (2010). 'Reformed Epistemology'. In: TALIAFERRO, Charles. **A Companion to Philosophy of Religion**. Oxford: Wiley-Blackwell. pp. 674-680
- TALIAFERRO, C. (2010). **A Companion to Philosophy of Religion**. Oxford: Wiley-Blackwell.
- ZAGZEBSKI, L. (1994). 'The Inescapability of Gettier Problems'. **Philosophical Quarterly** Vol. 44: p. 65-73.
- \_\_\_\_\_. (1996). **Virtues of the Mind: An Inquiry into the Nature of Virtue and the Ethical Foundations of Knowledge**. New York, Cambridge University Press.